INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA **CREDOR:** _____, _____, _____, _____, portador da cédula de identidade R. G. N° _____, residente e domiciliado na Rua ______ - Parque _____ - CEP. / SP. **DEVEDORES:** _____, ____, ____, ____, portadora da cédula de identidade R. G. N $^{\circ}$ _____, residente e domiciliada na Rua _____ - apto. ___ - Vila ___ -CEP. ______, ______, ______, estado civil e profissão desconhecidos, portadora da cédula de identidade _______ e CPF/MF nº _______, residente e domiciliada na ______, nº _____ – _____ – CEP. _____ / SP. Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, confessam e assumem como líquida e certa a dívida a seguir descrita: CLÁUSULA PRIMEIRA - Do valor 1.1 - Ressalvadas quaisquer outras obrigações aqui não incluídas, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as **DEVEDORAS** confessam dever ao **CREDOR** a 1.2 - O valor agui pactuado decorre de dívida oriunda de aguisição imobiliária a gual não fora quitada à época oportuna pela senhora ______, bem assim, ressarcimento preteritamente avençado entre esta e a senhora ______ concernente à negócio jurídico envolvendo uma motocicleta da marca "_____ CLÁUSULA SEGUNDA - Do pagamento 2.1 – Reconhecendo como boa a origem da dívida, as **DEVEDORAS**, comprometem-se a pagar na seguinte conformidade: 2.1.1 – **R**\$ ______, em uma única parcela, no ato da assinatura do presente instrumento de confissão de dívida. 2.1.2 - **R\$** ______, até o dia 31/12/2016. **Parágrafo Único:** O não pagamento de qualquer parcela na data aprazada, importará no vencimento integral e antecipado do débito, sujeitando as **DEVEDORAS**, além da execução do presente instrumento, ao pagamento do valor integral do débito, sobre o qual incidirá a aplicação de multa de 10%, juros de mora de 1% ao mês e correção monetária e mais custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% sobre o valor total do débito.

3.1 - A DÍVIDA ora reconhecida e assumida pelas **DEVEDORAS** como líquida, certa e exigível, no valor acima mencionado, aplica-se o disposto no artigo 784, III, do Código de

CLÁUSULA TERCEIRA - Da exigibilidade da dívida

Processo Civil Brasileiro, haja vista o caráter de título executivo extrajudicial do presente instrumento de confissão de dívida.

Parágrafo único: A eventual tolerância à infringência de qualquer das cláusulas deste instrumento ou o não exercício de qualquer direito nele previsto constituirá mera liberalidade do **CREDOR**, não implicando em novação ou transação de qualquer espécie.

ÁUSULA QUINTA – do Foro	
ra dirimir qualquer dúvida oriunda deste instrumento fica eleito o Foro da Comarca (, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.	le
to posto, firma este instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença de duas stemunhas.	
, de de 2016.	
ı. 	
stemunhas	
ome:	

Nome: _____

RG: _____